



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 077

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE AGOSTO DE 2004**

segunda-feira

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputados Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.08.2004.

(a) MARCOS ISFER

Apoioamento:

Cleiton Kielse.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 048/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 98/2004

Curitiba, 02 de Junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 044/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 667/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir, no regime jurídico dos servidores públicos (Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970), a figura da “Licença Especial Remuneratória para Fins de Aposentadoria”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis, que, versando sobre o regime jurídico do funcionalismo público, sem que a iniciativa tenha sido do Chefe do Poder Executivo, de quem é privativa, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso II, da Carta Constitucional do Estado, segundo o qual:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I -...

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva”;

Ademais, vale mencionar que a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, em analisando o assunto adotaram também posicionamento da absoluta inconstitucionalidade a que está eivado o projeto de lei em causa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 667/2003 encontra-se publicado no DA nº 093/2003, de 10.11.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 048/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objeto de veto do Governador, altera a Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre Licença Especial Remunerada Para Fins de Aposentadoria.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero, antes de fazer o encaminhamento do veto do Governador a este projeto, dizer que esta Casa hoje, corrige uma grande injustiça que vem de muitos anos e com total apoio do Governador Roberto Requião, em aprovar o Plano de Cargos e Salários dos Servidores, tanto da Assembléia quanto do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça - diga-se de passagem uma parcela da categoria de servidores que começam a ver seus Planos de Cargos - de uma maneira - pelo menos - se não como gostariam, mas próximo da realidade.

Da mesma forma esta Casa de Leis, também, recentemente, votou e aprovou uma Mensagem do Governador Roberto Requião que traz o Plano de Cargos e Salários dos Professores, voltando a reestabelecer pelo menos um pouco da dignidade tão procurada pelos servidores e pelos professores do nosso Estado.

O veto que o Governador manda para esta Casa em relação ao projeto que visa diminuir o tempo em que ficam os servidores depois que fazem o pedido de uma aposentadoria e V. Exa. com toda a sapiência que

lhe é peculiar, faz um projeto tentando minimizar o sofrimento desses servidores colocando um prazo de 30 dias para que, depois de protocolado, comecem a receber, numa licença, até que saia a aposentadoria em definitivo.

O Governo do Estado do Paraná reconhece que esse *status quo* não podem continuar; há que se cobrar urgente uma lei que já existe, aprovada nesta Casa, de autoria do eminente Deputado Anibelli, a Lei 11.311, que diz: “Fica o Poder Executivo autorizado a providenciar para que os processos de aposentadoria, contagem de tempo de revisão de proventos, sejam solucionados definitivamente dentro de 90 dias, contados da data do protocolo, responsabilizando seu funcionário que der causa, atraso ou retardo superior a 90 dias”. Essa lei foi sancionada em 10 de janeiro de 1996, portanto ela tem que ser colocada em prática, lamentamos que ainda não tenha sido. Não podemos permanecer no erro, não podemos continuar com o Estado sendo ineficiente nas suas obrigações.

Quando um servidor faz um pedido de aposentadoria, ele tem que ter, no máximo, em 90 dias a resposta, seja ela de que já está aposentado ou seja ela de que o tempo, a contagem do tempo não lhe permite tal benefício.

Não podemos, Sr. Presidente, aprovar a lei que veio com o veto do Governador, sob pena de termos casos em que servidores, ao entrarem com o processo de aposentadoria e em 30 dias ter que ser colocado um novo funcionário no lugar desse servidor. E se a resposta, quando vier, for de que o tempo está completo, não preencheu todo o tempo necessário, vamos ter dois problemas: um, é se o servidor ficou recebendo sem estar trabalhando e o outro é aquele servidor que foi contratado e nós não temos como fazer a sua demissão, ou acaba sendo um complicador maior.

Portanto, Sr. Presidente, o Governo do Estado quer colocar em prática a Lei nº 11.311 que garante e vai exigir do funcionalismo para que todos que entrarem com pedido de aposentadoria, no máximo, em 90 dias tenham a resposta do seu pedido.

Por isso, a Liderança do Governo encaminha à manutenção do veto do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar favoravelmente, o Deputado Barbosa Neto, e posteriormente, o Deputado Ailton Araújo.

Mas, antes de o Deputado Barbosa Neto encaminhar pela derrubada do veto, eu, como autor do projeto de lei, concordo plenamente, praticamente, com 90% do que V. Exa. falou, Deputado Stica, que temos que dar condições aos funcionários, que o Estado tem que cumprir com as suas obrigações. Só não podemos concordar quando V. Exa. pede pela manutenção do veto. Vamos

trabalhar, inclusive vou passar a Presidência aqui para o Deputado André Vargas, para solicitar aos meus companheiros que façamos a derrubada do veto para dar a oportunidade àqueles que desejam realmente se aposentar e que em 30 dias normalizem a sua situação.

(Aplausos)

O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, falando em nome da Bancada Independente e até dito aqui pelo Deputado Valdir Rossoni, também, com a Bancada de Oposição que irá votar favoravelmente ao projeto de V. Exa. pela derrubada do veto, eu quero dizer que esse é um projeto nobre e que vem fazer justiça a uma classe laborosa do nosso Estado. Inclusive, sabemos que no Rio Grande do Sul já se aplica esse abono, essa vantagem; nada mais justo, já que não se justifica essa demora de meses, de anos, inclusive em alguns casos para se analisar um processo requerendo aposentadoria. Se possui tempo de serviço destinado à aposentadoria, se a idade exigida é respeitada, não há desculpas para não conceder àqueles que se dedicaram anos a fio, dando os melhores anos de sua vida para uma carreira, não se responder no prazo de 60 dias, conforme preza o Estatuto do Funcionário Público. Cabe até uma ação judicial de reparação de danos, indenização por ter que trabalhar além do tempo necessário.

Por isso, Sr. Presidente, citamos um outro exemplo, o INSS quando defere uma aposentadoria reconhece o direito do requerido, da aposentadoria, e paga inclusive o atrasado, mesmo recebendo o salário do órgão empregador. Portanto, é um projeto nobre, justo, que vem corrigir uma distorção e é um respeito, inclusive ao próprio Estatuto do Idoso, que no plano federal acaba de ser sancionado e que vem beneficiando várias categorias, várias faixas etárias em nosso Estado.

Então, estamos votando pela derrubada do veto na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. AILTON ARAÚJO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A exposição do Líder do Governo me convenceu de que eu devo votar pela derrubada do veto, por uma razão muito simples: o ônus; o ônus da ineficiência de administração está recaindo sobre a parte mais fraca que é o funcionário.

Vamos inverter esta situação - que o ônus recaia sobre quem é mais forte, o Governo, que tem 30 dias. Se não resolver em 30 dias vai arcar pela sua ineficiência em resolver a questão.

Por esta razão em conclamo os nobres Pares para que o veto seja derrubado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)
(Procede à chamada nominal)

Sr. Presidente, 48 Srs. Deputados votaram.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do ex-Secretário de Indústria e Comércio de Ponta Grossa, Sr. Herculano Lisboa, que neste momento está falando com o também ex-Secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Nelson Justus, que fez um dos maiores trabalhos do Estado do Paraná como o industrializador de Ponta Grossa e é candidato a vice agora. Sem dúvida nenhuma, é um bom candidato.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a presença do Dr. Herculano.

Quarenta e oito votantes.

Solicito aos Srs. Deputados Duílio Genari, Alexandre Curi e Elio Rusch para fazerem o escrutínio dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

Doze, SIM.

Trinta e cinco, NÃO. Um, em BRANCO.

Total: 48.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme o Secretário Nereu Moura anunciou, **foi derrubado o veto do Sr. Governador.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os quadros de servidores do Poder Judiciário conforme especifica e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DE COMISSÃO DE FINANÇAS. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CF: **aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2004, de autoria do Tribunal de Contas, que incorpora gratificação ao vencimento básico e disciplinamento da percepção de verbas de representação pelos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o quadro efetivo do pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica, de acordo com a Lei Autorizatória nº 13.950/2002. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto.

A SRA. ELZA CORREA (**Pela Ordem**)

Não sei se todos estão com a Emenda; ela não consta da nossa pauta, mas o nosso Presidente já nos informou que se trata apenas da vacância de um cargo e que não será ocupado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Emenda é do Deputado Hermes Fonseca, Presidente e Relator e diz:

“Ao servidor que ocupa vaga a ser extinta através da presente Resolução, é assegurado temporariamente o direito de permanência, até a vacância, quando ocorrerá a sua plena extinção”.

Na realidade, alguns cargos estão sendo reduzidos, mas não podemos, com a redução dos cargos, demitir quem já está no cargo.

Então, só terá a vacância desse cargo quando a pessoa que hoje ocupa, deixá-lo por aposentadoria, morte ou qualquer coisa.

A SRA. ELZA CORREIA

Eu já estava esclarecida por V. Exa. mas outros colegas estavam sem a cópia dessa Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda.
Aprovado, artigo por artigo. Em votação a Emenda da CCJ. Aprovada.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2004, que autoriza o Poder Executivo adquirir, por intermédio da COPEL ou subsidiária integral desta, o controle acionário da ELEJOR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. (**Publ. no DA nº 070/2004, de 12.08.2004**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 300/2004

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, mensagem emanada do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, registrado sob o nº 300/2004, que visa autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou subsidiária integral desta, o controle acionário da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, tem-se que a COPEL passará a participar da ELEJOR, com capital superior a 50%, passando a ter, ainda, o controle da segunda Companhia.

Esta é a conclusão que se retira do artigo 1º e seus parágrafos do projeto de lei em análise.

A par disso, em virtude dessa aquisição do controle acionário, a ELEJOR passa a ter natureza jurídica de sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba, tudo como se depreende da leitura do parágrafo 2º do mesmo artigo 1º.

O projeto de lei prevê ainda no artigo 1º parágrafo 1º, última parte, o conjunto de deveres e direitos decorrentes do contrato de concessão firmado entre a ANEEL e a ELEJOR, sob o nº 125/2001 que, em suma, tem por objeto a exploração e comercialização de potencial de energia hidráulica.

A Constituição Federal em seu artigo 20, parágrafo 1º apresenta, *in verbis*:

“§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

A Constituição do Estado, por sua vez, dispõe sobre a matéria no seu artigo 163, nos seguintes termos:

“Art. 163 - O Estado fomentará a implantação, em seu território, de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para o atendimento ao consumo local, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente”.

Ressalta-se ainda, que o presente projeto de lei é coerente com a necessidade e o interesse público, pois tal aquisição a que se pretende, contribuirá para a otimização do processo de geração de energia, possibilitando, desta feita, a expansão do fornecimento de energia, e consequentemente, a melhoria dos níveis de qualidade.

Em última análise, acerca da legitimidade do Poder Executivo em iniciar o processo legislativo, resta apurado que somente o Governador de Estado - Chefe do Poder Executivo, tem legitimidade para iniciar o processo destinado à criação de sociedade de economia mista estatal, sob pena de vício formal insanável passível de declaração de inconstitucionalidade.

Da conclusão

Diante do exposto, o parecer submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é favorável à tramitação da proposição, estando apto a prosseguir o Projeto de Lei nº 300/2004, tendo continuidade o devido processo legislativo.

Sala das Comissões, em 30.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 300/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo adquirir, por intermédio da COPEL ou subsidiária desta, o controle acionário da ELEJOR.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças encontra fundamento e legitimidade na iniciativa governamental.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 300/2004.

Sala das Comissões, 30.08.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Vou ter grande dificuldade, porque o Governo, realmente está super interessado em esclarecer aos Srs. Parlamentares.

Está aqui o que recebemos às 14 horas e temos que decidir, votar. Quer dizer, quem é o mágico que consegue ler este relatório e agora tomar uma decisão em cima desse projeto? Eu, se encontrasse algum Parlamentar que fosse mágico, daria a oportunidade para que pegasse esse relatório.

Outra questão: gostaria de responder a um Parlamentar que subiu à tribuna e falou sobre a questão da ELEJOR e misturou vaca com pasto, com roça, com cerca.

Só quero dizer para este Parlamentar, com toda estima que lhe tenho, que ele poderia dar este conselho ao seu pai, porque seu pai deu parecer contrário no Tribunal de Contas e eu estou com o Tribunal de Contas. Não sei quais foram os documentos que convenceram o Tribunal de Contas a retirar o seu parecer contrário. Naturalmente, Deputado Carli, deve ter sido um vasto documento, muito mais do que este aqui.

Pela ordem, Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

O exemplo que eu utilizei, já que V. Exa. dirige-se à minha pessoa e à minha família...

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, eu não falei de V. Exa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Foi no sentido da valoração, que poderia ocorrer em um investimento, em função das melhorias que são feitas. Evidentemente a sua empresa, que exporta para vários lugares do mundo, no início dos seus trabalhos não valia o que vale hoje. Da mesma forma a valoração das centrais elétricas que estão sendo desenvolvidas lá,

através do trabalho, estão sendo valorizadas à medida que estão sendo construídas. Foi nesse sentido o exemplo que nós utilizamos.

A impugnação feita pelo Tribunal de Contas é uma impugnação preliminar buscando esclarecimentos e será mantida, independente da posição da Assembléia Legislativa, uma vez que lá, o órgão funciona independentemente do funcionamento desta Casa.

Não se mistura a posição deste nobre Parlamentar, com a posição do Tribunal de Contas, objetivamente.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o orador que está na tribuna não pode ser interrompido. Não existe aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu abri a exceção.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Será descontado um minuto e vinte e nove no seu horário.

O SR. VALDIR ROSSONI

A questão é a seguinte. Como ficou a dúvida no ar, como eu não posso fazer a leitura disso aqui, eu apenas quis contestar, agora, já, conhecidamente o Deputado Artagão, pelas comparações que ele traçou da tribuna e fazendo insinuações.

Deputado Artagão, V. Exa. é um belo Parlamentar, competente. Como é bom não fazer insinuações. Fiz as insinuações aqui para que V. Exas. sentissem na pele, que quando se sobe na tribuna, não se pode insinuar em cima das questões, que não temos certeza.

Então, que sirva para nós de experiência, porque diz isso de caso pensado, porque sabia que doeria em V. Exa. porque ninguém gosta de insinuações. Eu jamais farei insinuações aqui contra V. Exa., quando V. Exa. não fizer uso daquela tribuna insinuando em cima deste Parlamentar ou dos Parlamentares de Oposição.

Eu jamais farei isso, se V. Exa. não cometer o mesmo equívoco, que cometeu daquela tribuna.

Espero que isso fique esclarecido. Tenho grande admiração e respeito por V. Exa.

Quero dizer aos senhores que me sinto impedido de votar essa questão. Voto contrário, porque se o Governo quisesse esclarecer esta questão, já teria esclarecido, Deputado Carli.

Veio o Dr. Gilberto aqui. Na verdade ele só enrolou. Quando foi questionado da lisura do processo, quando eu pessoalmente coloquei ao Dr. Gilberto de que essa negociação é obscura, ela não fica clara.

Ora, vamos aqui analisar apenas uma questão, porque tem dezenas, depois o Líder da Oposição vai encaminhar.

Por que se pagou sete milhões, sem autorização da Assembléia? A lei tem que anteceder a negociação, esta lei teria que ter sido aprovada antes de iniciar as nego-

ciações, nós autorizaríamos o Governo a iniciá-las, aí a Assembléia poderia ter feito uma comissão para acompanhar tal negociação.

Agora, o Governo começou tudo errado, primeiro, fez o negócio; segundo, pagou uma parte desse negócio, e agora depois de seis, sete meses, manda a lei para esta Casa. Então, está tudo errado, esta é a grande verdade.

O que teria que ser feito para legislar essa negociação? A Triunfo teria que devolver os sete milhões para o Governo, nós teríamos que votar esta lei e o Governo começar do zero a negociação, fazer aí uma avaliação. Ora, a avaliação da COPEL sobre a ELEJOR é suspeita, porque é parte interessada do negócio; estamos mexendo com Poder Público. Se fosse o Deputado Rossoni que estivesse comprando a ELEJOR certamente a avaliação seria minha, mas quando é o Governo, quando é a COPEL que está comprando, a avaliação tem que ser de uma empresa que não tenha vínculo com a própria COPEL. Agora, dizer que a avaliação da COPEL tem validade legal, isso é um absurdo. Por mais correta que esteja a sua avaliação, ela é imoral.

Isso tem que ficar claro para os Deputados: nós estamos avaliando algo com os olhos vendados, estamos caminhando na escuridão com os olhos ainda vendados, Deputado Luiz Carlos Martins. E diga-se de passagem, depois do caso ELEJOR, não fica nenhuma saudades do caso OLVEPAR; uma não deve nada à outra.

Deputado Dobrandino, eu ainda não acredito que o Dr. Paulo Pimentel, Presidente da COPEL, pelo seu passado, pela sua história, ele esteja assinando em baixo disso; eu ainda acredito que esse homem vai tomar uma atitude antes que tal se consume. Ainda acredito que o Governador Requião vai voltar atrás nessa negociação e vai fazer com que esta Casa aprove e depois ele vai vetar esse projeto, porque não vai concordar com isso, porque ele sabe que isto não está claro nem para ele. Ora, não são trinta milhões, são 109 milhões a brincadeira, são 42 milhões pela compra, são mais sessenta milhões pela Fundação COPEL e mais sete milhões adiantado! Então, é um caminhão de dinheiro que daria para fazer, consertar todas as rodovias que estão esburacadas no Paraná!

Eu estou aqui ocupando tempo porque sei que não vou convencer a ninguém, isto já está acertado nos bastidores, e a questão é tão importante que tem telefone tocando por aí, de gente que nunca recebeu telefonema e está recebendo, a grande verdade é essa. Por quê? Porque na verdade, em qualquer país sério do mundo este Governador seria cassado pela irresponsabilidade dos seus subordinados, porque ele fez uma negociação, pagou sete milhões antes da aprovação desta Casa. A avaliação dos 42 milhões é da própria COPEL que é interessada no negócio. E temos que lembrar que a COPEL é uma empresa pública, não é uma empresa de compadre ou de vizinho.

Acho que o Governador é muito corajoso. Na hora da eleição municipal, fazer uma negociata dessa! Olha minha gente, eu já tinha o homem como corajoso, ele é

muito mais corajoso do que eu penso! Mas sabe o que acontece com as pessoas? Na verdade elas menosprezam a nossa inteligência. Nós não vamos nos calar em cima dessa negociata, quer queriam quer não queiram. Se quisessem fazer essa negociação teriam todo direito:

Primeiro aprovado pela Assembléia; segundo contratar uma empresa que não fosse ligada à COPEL para fazer essa avaliação (uma empresa de renome); terceiro, não poderia ter sido feito pagamento antecipado. Enfim, os erros são inúmeros.

Agora, esta Casa que está aqui para fazer leis, que está aqui para fiscalizar o Executivo, vai cometer o absurdo de dizer: “não, o Sr. fez errado, nós assinamos em baixo e autorizamos!”

É igual à história do Presidente do Banco Central: “pode mandar dinheiro para o exterior através dos doleiros que você vira ministro e não vai precisar ser processado!” É a mesma história!

Nós estamos vivendo num momento político que se isso acontecesse no Governo Lerner, no Governo Fernando Henrique,... já pensou o Governo Fernando Henrique transformar o Presidente do Banco Central em Ministro para não ser processado? O que seria?

O PT estaria na rua com a bandeira vermelha, apedrejando, reunindo todos os sem-terras do Paraná, para apedrejar todos os prédios públicos deste País! Não tenho dúvida disso. E nós estamos aqui apenas com um discurso vazio, tentando escaramuçar aqui, demonstrar o nosso desconforto, a nossa insatisfação, a nossa impotência mediante um absurdo desse.

De repente, dez parceiros estão aqui sofrendo com essa situação, mas quero dizer o seguinte: a história vai escrever essa página que será uma página negra do Governo Requião.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Gostaria de consultar esta Presidência, se não seria um a favor e um contra, nos encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Enquanto vou analisar o Regimento, está concedida a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós, efetivamente, estamos criticando e denunciando essa negociação entre a COPEL e a ELEJOR desde quando tomamos conhecimento. Muito mais do que denunciar estamos buscando esclarecimentos que não foram prestados à Oposição até o presente momento. Nunca é tarde, porém, para encarecermos ao Líder do Governo que encaminhe esses esclarecimentos, essas respostas aos nossos pedidos de informação. Aliás, o Governo tem cinco dias para prestar esses esclarecimentos e todos esses pedidos de informação foram enviados há

muitas semanas, alguns até meses e tenho aqui uma relação de todos os pedidos de informação não respondidos no caso ELEJOR.

Na verdade, são mais de cinquenta quesitos levantados pela Oposição.

Mais, recentemente, fizemos perguntas muito objetivas fundamentadas em cima do contrato de compra e venda celebrado entre a COPEL, a COPEL, e a ELEJOR, por exemplo, Deputado Stica: considerando que estão expirados os prazos previstos nas cláusulas 6.3.1. e 11.1 do contrato de compromisso de alienação das ações da ELEJOR, perguntamos: já foram obtidas as autorizações da ANEEL e do CADE das quais trata a cláusula 2ª do instrumento contratual referido? Nós não obtivemos essa resposta até hoje!

Considerando novamente os prazos referidos, a COPEL efetuou o pagamento da última parcela do mútuo no valor de R\$ 16.048.012,92 para ser paga em caso da não-obtenção das autorizações do CADE, ANEEL e Poder Legislativo, nos casos previstos? Até hoje não obtivemos esta resposta! As parcelas do referido contrato de mútuo vencidas no dia 07 e 16 de abril, e 10 de maio de 2004, foram pagas à ELEJOR? Nesse caso, solicitamos a juntada da cópia dos respectivos documentos, no Departamento Financeiro, que autorizaram e ultimaram os pagamentos. Isso nós questionamos em 15 de junho.

Mas questionamos mais, a Oposição, porque falo em nome de todos os Deputados de Oposição e também dos Deputados do Bloco Independente, perguntamos: esse contrato entre a COPEL e a Triunfo é na verdade uma espada que está colocada sobre a cabeça da COPEL, o item 62, por exemplo, prevê que a COPEL perderá o sinal de negócio no valor de sete milhões, caso a transação não seja aprovada pela Assembleia Legislativa, pelo CADE ou pela ANEEL?

Vejam só em que posição fica a Oposição: se nós votarmos contrariamente a esse projeto, como vamos votar, se por acaso a Assembleia não desse essa autorização, a COPEL perderia sete milhões de reais, e a máquina do Governo com a sua mídia, com o seu poder de massificação da imprensa, iria dizer que os sete milhões foram perdidos em função da Oposição.

Veja em que situação corremos o risco de ficar! Jamais o Governo colocaria que é em função de um contrato mal feito, mal elaborado, feito de uma maneira irresponsável, onde o próprio Governo e a COPEL dizem que se não conseguirem as autorizações, a COPEL perde os sete milhões para a construtora Triunfo. Se entretanto a Triunfo não tivesse cumprido as suas obrigações, se tivesse que devolver os sete milhões de reais, ela não perderia; receberia, pagaria os sete milhões corrigidos.

Vejam só, se a COPEL se torna inadimplente e não consegue cumprir o contrato, ela perde os sete milhões! Se a ELEJOR não cumpre as suas condições estabelecidas no contrato, ela deve devolver os sete milhões em doze suaves prestações! Mas, não tivemos a obtenção dessa resposta também. Perguntamos se não era prejudi-

cial e leonino para a COPEL o item 5.2 do contrato com a Triunfo, que prevê que se o negócio não se concretizar, até em função das inúmeras irregularidades verificadas, a Triunfo deverá devolver os sete milhões adiantados pela COPEL em dezembro de 2003 em módicas doze parcelas com o início trinta dias após a entrada em operação da usina, o que está previsto somente para 2006? Não obtivemos a resposta!

Não obtivemos resposta desse outro item: a COPEL não pode tomar empréstimo para tocar a obra, a partir do momento em que a COPEL assume o controle acionário do consórcio ELEJOR? Todos nós sabemos a resolução do Banco Central que proíbe o endividamento ou empréstimo para empresas públicas. Veja só, se a COPEL não tiver os recursos para tocar essa obra de quase 480 milhões de reais, ela não poderá lançar mão de empréstimos do BNDES, por exemplo, ou de empréstimos públicos, como é que esta obra será concluída? É uma pergunta objetiva, de onde o Governo ou a COPEL vão tirar os recursos? Eles não nos responderam.

Mas vamos além, perguntamos: a COPEL já integralizou a transferência de 91 milhões que agora já sabemos que foi de 107 milhões previsto no contrato para ser integralizado até 30 de abril de 2004 para as obras da Usina de Santa Clara e Fundão? Contrato de mútuo. Perguntamos: como foi integralizado o contrato de mútuo, em que data, de que maneira? E até agora objetivamente não obtivemos as respostas.

Fizemos uma indagação que, para nós Deputados Estaduais, era muito estranho que enquanto a Assembleia Legislativa votava em 12 de dezembro de 2003 a Lei 14286 que regulamentava aquisição do controle acionário da COPEL nas parcerias com as empresas privadas, no caso o Dr. Gilberto apressava as negociações com a ELEJOR sem a prévia autorização da Assembleia Legislativa e sem a observância da lei aprovada e ainda sem a aprovação da ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Fizemos uma lei justamente para proteger o patrimônio da COPEL e enquanto a lei estava sendo votada e aprovada aqui na Casa esse negócio maravilhoso, para alguns, estava sendo realizado!

Enfim, são mais de 50 perguntas, mais de 50 questionamentos, mais de 50 pedidos de informação, a maioria deles fundamentados, objetivamente, em cima do contrato, sem resposta!

E o que obtivemos? Para não dizer que não obtivemos uma resposta, tivemos sim, a resposta que dizia o seguinte: "acreditamos supérfluos e desnecessários novos esclarecimentos sobre o assunto, uma vez que o Diretor de gestão corporativa...", enfim, foi a resposta que obtivemos da COPEL.

Nobre Presidente, Deputado Stica, Sras. e Srs. Deputados, não se trata de fazermos oposição pelo gosto da verve, pelo gosto de sermos Oposição. Trata-se de uma negociação, como muito bem colocou aqui o Depu-

tado Valdir Rossoni, que merece toda a cautela de todos nós, Parlamentares.

Neste momento vamos votar a constitucionalidade. Claro, o Governo tem a prerrogativa de enviar a Mensagem; nós da Oposição vamos votar contra, inclusive na constitucionalidade porque há uma fumaça de imoralidade na questão.

Agora, eu queria apelar aos Deputados da Base do Governo que, com toda certeza, farão valer...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. um minuto para concluir, e aproveito para responder a Questão de Ordem do Deputado Jocelito.

O artigo 172 fala o seguinte: “no encaminhamento de votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado para encaminhar por 10 minutos”. Então, qualquer Parlamentar poderá encaminhar.

Estão inscritos os Deputados Carli, André Vargas, V. Exa. e o Deputado Artagão.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, para concluir.

O nobre Líder do Governo até havia sugerido, na semana passada, a presença do Gilberto nesta Casa, para mim desnecessária. A única coisa que eu quero é que as respostas cheguem antes ainda da votação que faremos amanhã, quero crer, em segunda. Queremos as respostas, porque nossas perguntas são muito objetivas.

Diante das respostas com muita evidência, elas não nos convencerão da oportunidade do negócio, mas pelo menos vamos ter a dita transparência do Governo, e aí, automaticamente, as medidas que forem cabíveis serão tomadas.

Para nós da Oposição talvez só o “jús esperneantes”, poderemos esperar, poderemos reclamar, poderemos votar contrariamente, mas pelo menos, a transparência que o Governo sempre colocou que existiria, vamos ter as informações e diante disso teremos que nos conformar.

Mas, se nem as respostas vierem, aí é inadmissível. Porque então todo o indício é de realmente se acobertar uma situação que jamais poderia ser praticada neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem de inscrição, Deputado Ribas Carli. Posteriormente, Deputado Artagão. Posteriormente, André Vargas, depois Jocelito, depois Elio Rusch, depois Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Gostaria de fazer um apelo, tendo em vista tantos oradores inscritos, como foi feito um acordo na CCJ que seria votado amanhã essa matéria. Indago a V. Exa., com a concordância dos Srs. Líderes, para que esse tema fosse discutido e votado na Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Aí os nobres Deputados que se inscreveram, terão que declinar da palavra.

O SR. RAFAEL GRECA

E dá tempo para a COPEL trazer as explicações.

O SR. NEIVO BERARDIN

Solicito a V. Exa. que peça deliberação do Plenário para transferir essa votação para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje estaremos votando a constitucionalidade; amanhã, o mérito.

O SR. NEIVO BERARDIN

Temos Sessão Extraordinária amanhã e poderemos votar as duas, amanhã!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tem que ter a concordância e a anuência de todos.

O SR. DURVAL AMARAL

A Oposição acredita que tem número para ganhar essa votação. Então, queremos votar. Acho que os Deputados da Base do Governo, os Deputados que não estiverem satisfeitos votem com a Oposição, e nós sepultamos esse projeto hoje!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Gostaria de pedir aos Srs. Parlamentares que cumpríssemos no máximo os 10 minutos, senão vamos atrasar muito.

Próximo Deputado inscrito, Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A questão da ELEJOR já vem há algum tempo sendo uma polêmica, e o que nos causa espécie é a pressa do Governo em aprovar.

Então, queria aqui pedir aos Srs. e às Sras. Deputadas, que avaliem bem o seu voto, pensem bem antes de votar. Se não existe nenhuma irregularidade, não teremos nenhum problema em votar favoravelmente, como já afirmamos e reafirmamos desta tribuna: queremos a COPEL crescendo com seu potencial energético, cada vez maior, aproveitando o potencial hidrelétrico, hídrico que temos em nossos rios, também aproveitando os nossos ventos para fazer as usinas eólicas, enfim os nossos resíduos para fazer as usinas termelétricas.

Essa é a função da COPEL: gerar energia. E com a energia, possamos desenvolver ainda mais o nosso Estado. Nós que já temos uma quantidade de energia invejável, poderemos ter muito mais. Devemos aproveitar.

E o que me causa muito espanto, Sr. Presidente, é que existe uma determinação da Secretaria do Meio

Ambiente suspendendo todos os relatórios de impacto ambiental para a construção de pequenas usinas hidrelétricas, as chamadas PCHs. Só na região de Guarapuava temos diversas usinas paralisadas com prejuízos enormes, porque a construção já havia sido iniciada. Não conseguimos avançar os projetos que têm que ser aprovados nesta Casa para a construção de uma PCH. Mas, para aprovarmos, temos que ter o Relatório de Impacto Ambiental. Simplesmente a Secretaria do Meio Ambiente determinou que não fornece mais, por determinação do Governador.

Então vejam só. De um lado o Governo do Estado manda suspender autorização do relatório de impacto ambiental. A iniciativa privada não pode construir as suas pequenas usinas hidrelétricas que irão gerar energia para os próprios empreendimentos de quem constrói ou vende o excedente de energia que gera. Não entendemos até hoje o porquê desta resolução, o porquê da decisão do Governador em fazer isso.

De outro lado, assistimos a uma correria para aprovar um negócio que já fizeram. Quero aqui dizer que nós ao votarmos favoravelmente, sem todo o conhecimento, sem discutir profundamente todos os detalhes desta negociação, estamos legalizando um negócio que até o presente momento, por falta de informações e esclarecimentos, tenho como ilegal. Não temos condições de dizer que o negócio é ilegal e inconstitucional, como colocou o Deputado Rossoni. Que ser humano, que super poderes pode ter alguém ao receber um relatório como este, às 14h00, tendo trabalhado em seguida, porque tivemos Sessão deste às 14h30min, se debruçar sobre este relatório? Quem aqui tem? Eu não tenho esta condição e eu acredito que devemos votar com a nossa consciência e sabendo o que vamos votar. Eu tenho convicção.

Não vou desafiar, porque não costumo desafiar os meus colegas e os meus amigos, mas quero fazer um convite. Gostaria de saber, qual o Deputado dentro deste plenário, que tem condições de esclarecer o negócio feito entre a COPEL e a ELEJOR? Eu gostaria de ouvir alguém que, nesta Casa, pudesse nos dar todos os detalhes para, aí sim, votarmos com tranqüilidade, sabendo que estamos votando corretamente.

Esteve aqui o Dr. Gilberto Griebler, e na sua exposição não nos disse o que queríamos saber. Através dos pedidos de informações é que ficamos sabendo de alguma coisa, como por exemplo, na ausência de financiamento, porque a COPEL tornou-se majoritária e então o BNDS não pode financiar, o contrato prevê que a Copel financia a obra, mas isso acabamos de saber pelo pedido de informações que foi assinado pelo Dr. Paulo Cruz Pimentel, porque o Dr. Gilberto Griebler veio aqui e não nos contou isso!

Então, aos senhores, porque que estão escondendo alguma coisa desta Casa? Quero pedir aos Srs. Deputados: vamos, podemos aprovar desde que haja legalidade, desde que esteja correto. Não há motivos de não aprovarmos.

Energia é um bom negócio? É um excelente negócio! Sabemos, pelos gráficos, que há uma demanda crescente de energia em nosso País. Por outro lado, o preço da energia no futuro deverá subir, porque se fizermos um comparativo do custo de kWh em reais e em dólares, há uma defasagem muito grande.

Certamente a COPEL terá lucros muito maiores do que vem tendo com o acréscimo de novas unidades geradoras de energia. Mas, o que queremos, são esclarecimentos, queremos saber se o negócio é correto.

Esta Casa, com a tradição de 150 anos, onde vejo naquela placa que foi inserida, o nome de um conterrâneo, Visconde de Guarapuava, que era daquela legislatura. Não podemos fazer com que esta Casa, quase bicentenária, dê um atestado de legalidade a um negócio que não conhecemos! Na verdade, estamos validando um negócio que foi realizado lá em dezembro, Deputado Jocelito, quando ainda não existia uma lei que amparasse esse negócio.

Da mesma forma, um negócio que foi feito privilegiado quem vendeu; primeiro - pelo lucro astronômico! Num prazo de doze meses se conseguir um lucro de 100% é uma coisa espetacular! Nem a Bolsa de Valores em países emergentes como o nosso, que tem altos e baixos, ninguém consegue ter um lucro de 100% no ano, nós sabemos que se tiver dinheiro aplicado nos países desenvolvidos, os Estados Unidos estão pagando 1,5 de juros ao ano; aqui uma empresa, em doze meses, fatura 100% de lucro! E tem mais, uma coisa que não foi comentada, aqui está constatando que o Ministério Público pede inquérito contra a Fundação COPEL.

Nós vamos legalizar esse negócio votando. Como ficaremos quando o Ministério Público investigar a Fundação e lá verificar que ela comprou sessenta milhões de reais em debêntures da Triunfo Participações, que é a mesma Triunfo que constrói as Centrais Elétricas do Rio Jordão, é a mesma Triunfo que vendeu por 42 milhões a sua participação acionária de 30% e que havia gasto 21? O que o Ministério Público vai dizer? O que vai dizer desta Casa? Nós não podemos correr esse risco!

Digo aos senhores, se o negócio estiver legal, se estiver correto, se a avaliação foi verídica, se fizermos uma avaliação que o negócio que gastou 21 em doze meses valia os 42 eu sou o primeiro a vir a esta tribuna e pedir o voto SIM. Eu quero a COPEL cada vez gerando mais energia, levando progresso, levando desenvolvimento, tornando o Paraná cada vez mais um Estado progressista e com qualidade de vida à sua população. Mas eu peço aos Srs. e às Sras. Deputadas, vamos votar, mas conhecendo o que nós votamos, para não sermos amanhã ou depois cobrados pela História de que avalisamos um negócio que foi feito às escondidas, que foi feito às escuras e que foi feito ao arrepio da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elton Carlos Welter)

Deputado Artagão, por dez minutos.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, na verdade retorno à tribuna desta Casa de Leis para esclarecer, de forma muito objetiva, que não vim aqui no meu pronunciamento anterior fazer insinuações: fiz afirmações, fiz constatações não posso aceitar que para um lado tenha um exemplo de uma negociação rotineira e para outro não tenha o mesmo valor, como se fosse uma brincadeira. Não posso aceitar que insinuações como foram feitas, tenham ouvidos e que ecoem pelo nosso Estado, em função de uma postura séria e transparente que nós aqui assumimos.

Se o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da 4ª Inspeção, conduzida pelo Conselheiro Artagão de Mattos Leão, entendeu por bem promover a impugnação solicitando esclarecimentos num primeiro momento do rito ordinário e burocrático do Tribunal de Contas, é porque essa atitude se fez necessária. Não significa por isso que foi deliberado em plenário que a negociação foi inválida, ilegal ou foi uma negociata. Este é um procedimento ordinário comum dentro do Tribunal de Contas, e evidentemente que a postura daquele órgão independe daquela que se toma aqui na Assembléia Legislativa.

Se porventura as insinuações que foram feitas anteriormente de que, uma pasta grande de documentos foi o suficiente para mudança eventual de alguma opinião, é porque insinuações são feitas dessa forma por pessoas que têm esta conduta.

Eu não aceito, não admito, e não vou deixar que esse tipo de insinuação, esse tipo de comentário, esse tipo de colocação, seja feito à minha pessoa, à minha família, ou a qualquer pessoa que eu confie e que eu tenha convivência.

Se a postura, em outros momentos, por outras pessoas, era feita desta forma, infelizmente eu nada posso fazer, mas da minha parte, sem dúvida alguma, esse não é o rito, esse não é o expediente. Se através da busca de informações que eu fiz e as respostas que obtive, pude fazer as afirmações do meu primeiro pronunciamento, sem dúvida alguma é porque convicção disso eu tenho.

Afirmar, sim, que houveram falhas, afirmar, sim, que ocorreram algumas precipitações, mas não tenho dúvida que isso não significa que a negociação seja ilegal. Os questionamentos feitos, as indagações, foram atendidas na sua grande maioria. Acho, sim, que os nobres Deputados da Assembléia Legislativa, os nossos companheiros da Oposição, os companheiros da Situação devem, precisam buscar as informações para que tenham convicção no momento de tomar a sua decisão, mas não significa que se a minha opinião for divergente da de algum outro Deputado desta Casa, eu tenha que fazer qualquer tipo de afirmativa ou insinuação para esse Deputado, ou para qualquer um que conviva com ele!

Evidentemente que, como já falei, um projeto polêmico, um projeto de valor extremamente significativo, merece esclarecimento, sim, deve ser questionado, sim, e sem dúvida alguma isso nós já fizemos e continu-

aremos fazendo. Se o investimento foi de 21 milhões de reais, se a correção, baseada nos índices pactuados levariam esse valor para próximo dos 25 milhões, e uma avaliação foi feita na casa dos 42 milhões de reais, é porque existe uma justificativa, e essa avaliação não foi feita de forma aleatória; existe uma justificativa, um embasamento, uma tabela da COPEL que fez com que esse valor fosse estabelecido. Essa tabela deve ser apresentada, sem dúvida alguma, aos Parlamentares. Essa tabela foi o embasamento para que tal valor fosse encontrado; e a empresa nas suas contas e nas duas avaliações exigia um valor ainda maior do que os 42 milhões.

É função dos Parlamentares, dos Deputados, fiscalizar a aplicação do Executivo, sim. Devemos, temos a obrigação de assim proceder, mas não podemos, de forma alguma, levar interesses pessoais, interesses de posições políticas, a prevalecerem sobre o interesse do Estado do Paraná.

Essas eram as afirmativas que eu gostaria de fazer ao Sr. Presidente, e sempre que forem necessárias aqui virei, para que se possa prevalecer o bom senso, a boa moral, os bons costumes e o bom entendimento entre todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Elton Carlos Welter)

Deputado André Vargas, dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria só que o Deputado Artagão ficasse na Sessão porque eu vou respondê-lo.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fazia alguns meses já, que o clima não andava tão tenso nesta Casa, o debate político sobre a oportunidade do negócio, se era razoável o Governo assumir o controle acionário por uma questão ideológica no sentido de - inclusive dentro de uma política de orientação que a própria CPI da COPEL apontou - um debate perfeitamente legítimo.

Eu, pessoalmente, não entendo porque tanta tensão quando um projeto dessa ordem é debatido e o único questionamento que fiz, e aqui estava o Líder do Governo, foi o seguinte - e eu não sei se é razoável pensar assim, e é claro que aqui no regime democrático nós temos que debater as idéias e pensarmos juntos - se a aprovação dessa lei autorizatória sanaria o vício de um negócio que já tinha sido feito.

Essa é uma questão que permanece para mim, é uma dúvida que tenho e que compartilho com os meus companheiros, Deputados e Deputadas. A partir deste pequeno questionamento levantou-se uma questão se esse Deputado participava ou não da Base do Governo. Foi um debate estabelecido entre eu e o meu companheiro Stica, que é do meu Partido, Líder do Governo. E eu lhe disse que para participar da Base do Governo, nenhum de nós, Deputados ou Deputadas, de primeiro, segundo ou

de terceiro mandatos, deveríamos abrir mão do nosso mandato e da possibilidade de refletirmos juntos e escolhermos caminhos. Isso está dentro do regime democrático, perfeitamente saudável, e é estranho que pessoas que assim o fizeram por anos, em mandatos sendo de Situação ou de Oposição, sido incomodados com uma simples pergunta!

Será que não interessa à Assembléia saber se a aprovação dessa lei equaciona, será que sana o insanável? Falava um pouquinho com o companheiro Bradock, do PMDB, sobre a questão da constitucionalidade ou não, da legalidade.

No meu entendimento e também no entendimento da CPI da COPEL, em lei aprovada por esta Casa em 2003, Lei nº 14286, não é a Constituição do Paraná e nem a do Brasil, mas é uma lei que nós aprovamos aqui, diz que precisamos de autorização legislativa, e até o Deputado Artagão disse aqui que teve problemas, reconhece que há problemas no sentido de que a autorização deveria ser prévia. Essa lei diz que para associar-se ou vender ações, participações societárias, precisaremos da autorização legislativa.

Portanto, hoje nós não estamos debatendo o mérito. Eu li o parecer; ele debate um pouco o mérito. Eu não sei dizer e falei isso para o Governador, o meu dever de lealdade, dizendo que no meu entendimento a sua assessoria havia lhe indicado um caminho que pode propiciar ações, sejam populares, civis públicas, que o questionem. Foi esse o único questionamento que eu, como Deputado, mandato legitimamente conquistado, como de resto, todos os mandatos deste País.

Portanto é exatamente essa a questão. A questão dos dados, Deputado Artagão, eu acho sim, lógico, uma auditoria que nos levasse a dizer que são esses os valores, porque em nenhum momento este Deputado levantou dúvidas em relação, se o negócio foi bom ou ruim para o Estado.

Não estava questionando o mérito, mas muita celeuma, muito debate, é natural.

Já no passado quando éramos da Oposição, nós do PT, qualquer o opinião divergente entre um Parlamentar ou dirigente do PT, ocupava as páginas dos jornais e divertiam aqueles que avaliam apenas a superficialidade da política real.

Não poderia deixar de aqui comparecer e dizer que me preocupo. Não me preocupo, apenas essa é uma preocupação válida, seja da Oposição ou da Situação, com relação ao negócio em si - mas não tenho dúvida. Com relação à forma, precisaríamos da precedência da autorização legislativa. Por quê?

Porque poderíamos ter, aí sim, a avaliação da COPEL. As leis das S/As a necessidade de auditorias independentes para avaliação, para que se controle, para que se adquira ou venda ações, ou participações acionárias.

Dialogava com o Deputado José Maria que essa é uma situação complicada, porque no meu entendimento o

Governo errou em não solicitar previamente da Assembléia a autorização para executar o negócio, porque há pessoas, alguns se especializaram mais no Regimento, mais na Constituição.

Era bom que todos conhecessemos amplamente. Eu reconheço aqui, não sou especialista, mas as leis explicitamente aprovadas, indicavam esse caminho.

Como comuniquei ao Governo da minha preocupação, já que não serão os escalões superiores da COPEL que vão responder jurídica e judicialmente eventuais ações, será o mandatário, o Governador, que é aquele que fala em nome dos proprietários da COPEL, que é o povo do Paraná.

Graças a Deus! A COPEL é do povo do Paraná!

Mas, fica aqui o meu posicionamento. Com relação ao mérito, nós teremos um debate da Bancada do PT, convocação expressa do meu Líder. Eu, com relação ao mérito, obedeço a decisão da Bancada do PT.

Só não obedeci uma vez aqui nesta Casa, quando se tratava de uma questão do Orçamento da Saúde, que permanece ainda um debate interessante e em aberto.

Aos meus companheiros, Deputadas e Deputados - e dirijo-me indiscriminadamente àqueles que fazem parte do Governo, que fazem parte da Oposição, que fizeram no Governo anterior - mas, nas reflexões que cada um apresenta, aqui elas devem ser levadas em conta por todos nós, porque para ser Deputado, não basta se eleger. Nós temos que exercer, de fato, nosso mandato!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, pela ordem de inscrição.

Após, o Deputado Elio Rusch, último orador inscrito.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente. Inicialmente quero responder ao Deputado Valdir Rossoni, dizendo que meu lado é sempre o lado do povo. Faz muito tempo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Acompanhei atentamente os discursos até aqui, e quero começar pelo discurso do Presidente do PT, aqui no Paraná. O Deputado André Vargas acaba de fazer um eloquente discurso quando diz que advertia o Governo para os erros e que o Governo deverá ser responsável, se for consolidado na sequência o erro.

Agora, disse também o Deputado André Vargas que o Governo Roberto Requião comete um erro ao permitir que seja feito este negócio e a aprovação desta Casa. Eu vejo aqui o Deputado André Vargas, com todo o direito questionar algumas ações do Governador Roberto Requião. Afinal, é um Parlamentar eleito, como todos nós.

Vejo o Deputado André Vargas questionar atitudes, muitas vezes contra sua Bancada contra o próprio Governador Roberto Requião, do qual ele faz parte, na Base. E vejo, por fim, o Deputado André Vargas, Presi-

dente do PT no Paraná, admitir - aqui - e os demais companheiros que me antecederam, falaram - que há erros, e alguns deles ocorreram neste negócio feito pela COPEL, mas acho estranho que o Deputado André Vargas diz que o mandatário tem que brigar pelo seu mandato, não pode deixar de ser Deputado! Correto! Mas, eu pergunto Deputado André Vargas, o seu Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não cometeu nenhum erro como Presidente da República? Quantas vezes o seu Partido, o PT questionou o Presidente Lula dos erros, por exemplo, com, os inativos, que foram taxados, e que o Supremo mandou voltar para trás? O salário-mínimo? E tantos outros erros que o Lula cometeu. Mas, será que o Lula queria errar?

Não, acho que não. Acho que na verdade o Presidente queria acertar, mas errou! Quantas vezes, Deputado André Vargas, eu o vi falar que o senhor deveria, dentro do seu mandato, conferido pelo povo, questionar seu próprio Presidente: Eu nunca vi! Eu só vi V. Exa. defender o Lula aqui! Com todo o direito; V. Exa. é presidente de um Partido Estadual. Poderia mandar uma carta, via malote, ao Presidente, dizendo: "Presidente, o senhor está fazendo algo errado". Não vi, mas vi V. Exa. questionar o Governador Roberto Requião.

Isto posto, vi aqui o 1º Secretário Nereu Moura dizer que o Governador Roberto Requião pode ter errado. Vi o Deputado Artagão falar o mesmo, que o Governo pode ter errado, que um erro aconteceu. E vi, aqui, ironicamente, o Deputado Rossoni dizer que não faz insinuações. E vi o mesmo dizer, aqui, que os telefones tocaram o dia inteiro, hoje, com o Governador ligando e pedindo para os Parlamentares apoiarem o seu pedido, nesta Casa!

Senhor Presidente, eu acho...

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, em nenhum...

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, o Deputado Rossoni não pode interromper meu pensamento. É falta de respeito para com quem está na tribuna!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para questão de ordem, é possível.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Apenas para colocar que o ilustre orador está dizendo que eu falei que o telefone foi do Governador. Eu não falei, em nenhum momento, que foi o Governador! É um equívoco de V. Exa!

O SR. JOCELITO CANTO

V. Exa. faz insinuações e depois diz ao Deputado Aratagão que não insinua. Insinua sim! Qualquer cidadão que está aqui sabe da sua inteligência. Não vamos discuti-la.

Sr. Presidente, nós vimos aqui todas estas insinuações e vimos vários oradores dizerem que se não aprovarmos este negócio, o Paraná perde sete milhões! Sete milhões, se nós não aprovarmos isto que alguns consideram ilegal e alguns consideram que é um negócio.

Mas, se esta Casa está votando, neste momento, uma autorização, mesmo que tardia, ela não está legalizando alguma coisa? Eu prefiro legalizar os sete milhões do que perdê-los!

Agora, eu não acredito, Deputado Rossoni, Deputado Durval Amaral, Deputado Elio Rusch, que o Governador seja desonesto. Tenho minhas dúvidas com a sua postura em outros setores. Em momento nenhum eu insinuo, nesta tribuna, que o Governador do Estado é desleal, é desonesto, roubou. Tem um processo porque roubou! Alguém pode insinuar isto? Que o Governador Roberto Requião está respondendo um processo porque roubou? Podemos dizer que ele está respondendo um processo porque caluniou? Sim! De vez em quando, o Governador Roberto Requião, no seu ímpeto intelectual de comunicador, coloca umas palavras a mais e se incomoda.

Agora, em momento nenhum alguém pode dizer que o Requião é ladrão, que o Requião roubou, que o Requião trapaceou, que ele fez um negócio - e muitos pronunciamentos feitos daqui e que deveria se ter mais atenção, porque eu vejo pessoas reclamarem, de vez em quando: "olha, estão atacando fulano, estão atacando ciclano". Eu vi pessoas insinuarem, daqui, que isto teria ocorrido, neste caso. E que ainda vai dar pano pra manga, ainda!

Então, Sr. Presidente, a COPEL é uma grande empresa. Eu estive agora, lá no final de Castro, 40 km para lá de Castro, na estrada de terra; fui fazer um comício na semana que passou, e lá encontrei pessoas pobres, humildes, que é o público que atendo, visitei casas, e vi pessoas alegres com a COPEL. Alegres porque não estão mais pagando luz, porque hoje têm o Programa Luz Fraterna. Pessoas que pagavam 30, 40 reais, e que tinham dificuldade em pagar a luz, hoje não pagam mais nada!

Trouxe até os talões, que estão no meu gabinete, para guardar, porque peguei o antes e o depois. Acho que a COPEL é um belo investimento. E se o Governador do Estado ou se a COPEL que são pessoas de confiança do Governo, resolveram comprar a parte que achava que deveria comprar, é porque estão vendo que lá na frente vai dar lucro para este Estado, vai se poder colocar mais luz! Não vai se correr o risco de faltar energia neste Paraná! E a COPEL sendo a maior empresa deste Estado.

Por isto eu acredito na honestidade do Governador, até que me provem o contrário. O dia em que qualquer um dos senhores vier aqui e disser que o Requião roubou, que o Governador roubou, mas que provar, porque é muito fácil Deputado Rossoni, falar que o cidadão roubou. Como de mim, quantas vezes falaram: "Jocelito roubou na Prefeitura de Ponta Grossa". Até agora - a pouco me perguntaram se eu iria apoiar o Prefeito Péri-

cles, numa brincadeira do Deputado Barbosa. É muito interessante que uma pessoa que te atacou, peça apoio hoje. Eu não estou apoiando ninguém!

É preciso, neste momento, não se levantar falso testemunho, insinuar aquilo que não se sabe, porque no fundo, depois, vai sobrar para alguém.

Eu queria, ao terminar, Sr. Presidente, dar apenas um pequeno exemplo, que gostaria que os companheiros da Oposição não entendessem e não fizessem gozações como fizeram com o companheiro Artagão na história da fazenda ou coisa parecida:

Certa vez, como Prefeito de Ponta Grossa, eu resolvi abrir uma praça no centro da cidade. A praça famosa que até ao Deputado Zucchi lhe sobrou um título de “o prefeito que derrubou as árvores” e ele até foi “enterrado” pelo povo para praça porque tirou algumas árvores. Eu tive coragem de abrir aquela praça, porque o sistema viário da cidade exigia.

Na pressa de fazer a obra, de querer fazer a cidade evoluir para ficar mais bonita e dar retorno, mandamos fazer a obra. O engenheiro demorou um pouco demais e o Projeto atrasou, mas eu, na rapidez de querer ver a obra acontecer, coloquei as máquinas e abri a praça. Uma bela noite lá estava toda a Oposição na praça impedindo as máquinas, em frente às máquinas, rezando, chamando os estudantes dos colégios: “um prefeito que não conhece a história da cidade mandou abrir a praça!”

Entraram com uma ação na Justiça e o juiz mandou parar a obra. Parou a obra e deu um trabalho danado para retornar com os trabalhos. Lá estava o Deputado Plauto com o Prefeito Péricles, novamente, abraçados e não deixaram abrir a praça. Passou um, dois, três, quarto cinco dias, eu fui à Justiça e provei que podia abrir a praça, que não havia derrubado árvore nenhuma. A praça foi aberta e, hoje, ela é o símbolo de Ponta Grossa. Até Nossa Senhora de Santana passa pelo meio da praça e no dia 26, quando é o dia da Padroeira de Ponta Grossa, o Péricles, o Plauto e seus “Blues Caps”, todos vão atrás da dita cuja santinha passando na praça. Eu estava certo!

Alguns disseram que eu não conhecia a história da cidade, mas depois foram ver e descobriram que naquele mesmo local existia essa rua, em 1900, e eu nem tinha nascido ainda. Por isso, não devemos julgar ninguém, chamar alguém de ladrão sem ter provas, porque quem chama muito de ladrão alguém é porque quem sabe um dia já roubou alguma coisa de alguém.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero fazer um pedido aos Srs. Parlamentares: quando formos fazer o encaminhamento de um projeto não podemos fugir do assunto do mesmo.

Nós temos o Grande Expediente, o Horário das Lideranças e o Pequeno Expediente para fazermos as discussões que não são oriundas desses projetos que estão na pauta.

Então, faço um apelo aos Srs. Parlamentares, para que tenham a compreensão de que, quando é para encam-

inhamento, devem falar, simplesmente sobre o assunto do projeto, e não fugir do teor do mesmo.

Último orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto já foi amplamente discutido pelos oradores que nos antecederam, mas entendemos por bem que também deveríamos fazer algumas considerações para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa aquilo que achamos oportuno de colocar neste momento.

Por inúmeras vezes tenho usado desta tribuna me referindo a algumas questões e uma frase que não me canso de dizer é esta: “quem não tem passado não tem história e quem tem história, viveu o passado!”

Nós somos Oposição hoje ao Governo do Estado, mas éramos Governo.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. foi líder, por muitos anos; o Deputado Nelson Justus foi Secretário de Estado; o Deputado Fernando Ribas Carli foi Secretário de Estado; o Deputado Durval Amaral foi Secretário de Estado e também Líder do Governo; o Deputado Rafael Greca foi Secretário de Estado e Ministro de Governo; e assim nós poderíamos citar diversos outros Parlamentares, mas quando nós éramos Governo, Srs. Deputados, quando vinha um projeto para a Assembléia e pedíamos regime de urgência, nós éramos taxados por alguns Deputados que são Governo hoje, dizendo que o Governo usava o rolo compressor e que queria apressar a votação, tudo no afogadilho, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. lembra muito bem disso aí. E diante de que quadro estamos hoje, Deputado Durval Amaral?

Estamos diante de um quadro, de um projeto que pede a autorização à Assembléia Legislativa para fazer um negócio com a ELEJOR, num negócio que já foi realizado. O que vamos dizer agora para os Deputados que são Governo?

Quando éramos Governo, nós aprovamos no afogadilho que o Governo tinha que fazer em cima da hora, e nós estamos autorizando um negócio já realizado. O que é isso? O que estamos fazendo? Essa é a pergunta que fica no ar. É essa informação que a sociedade do Paraná precisa saber. essa é a democracia? Esse é o debate que os Parlamentares sempre questionavam, quando éramos Governo!

Ora, a Assembléia constituiu uma CPI, a CPI recomendou uma lei, o projeto foi elaborado, aprovado e transformado em lei. O Governo, através de algumas pessoas, e eu devo dizer aqui que eu não acredito que o Governador Roberto Requião, e Paulo Pimentel tenham concordado com isso, mas através de seus assessores, eu entendo que eles foram induzidos a um erro.

Deputado Jocelito Canto, ninguém, eu acredito, acusou o Governo de ladrão; ninguém fez isso. Agora, que os negócios foram malfeitos, foram; que foram induzidos, foram. Nunca disse desta tribuna, eu e nenhum Parlamentar falamos que o Governador era ladrão.

Agora, que ele faltou com a verdade com a sociedade do Paraná, faltou, e muitas vezes.

Vamos lembrar o pedágio: quem prometeu acabar com o pedágio? Não fomos nós, nem Jaime Lerner. Ele! Quem prometeu dar água de graça, leite de graça e luz de graça? Não fomos nós, ele, não o fez!

Agora, mandar um projeto para a Assembléia, Jocelito Canto, pedindo autorização dos 54 Parlamentares de um negócio já realizado? E de que forma foi feito esse negócio? Comprar por 42 milhões de reais 30% da Triunfo, Deputado José Maria Ferreira, que é V. Exa. que muitas vezes questiona - e nós participamos de uma CPI aqui da Assembléia Legislativa, e eu lhe respeito muito, Deputado José Maria Ferreira - quando a empresa apenas aportou vinte e um milhões, e este mesmo grupo que pegou sessenta milhões emprestado da mesma Fundação Copel para os seus outros negócios, e dizer que esse não é um negócio da “China”? Quem não quer ganhar vinte e um milhões de reais de uma hora para outra? Eu também gostaria de ganhar!

Agora tem mais um detalhe, Srs. Deputados, não é só a questão da Triunfo, os 30% que o Governo está comprando, existe a outra participação da Paineiras, que tem 30%! Agora o Governo do Estado, através da COPEL, aporta milhões de reais através de um contrato de mútuo para que essa ELEJOR consiga construir este empreendimento, eleva com isso também o capital da Paineiras e o que eles fizeram? São estes esclarecimentos que eles precisam ter, é este subsídio que o Parlamento e os Deputados precisam saber. Estes questionamentos precisam ser respondidos!

Agora querer dizer que se a Assembléia não aprovar a compra dos 30% da Triunfo, que o Governo perde 7 milhões? Será que eles não pensaram nisso antes? Que eles precisariam de uma autorização legislativa para fazer este negócio? É difícil de entender! São estas explicações que nós precisaríamos para depois poder votar!

O Deputado Durval Amaral disse desta tribuna, que são 50 questionamentos que ainda não foram respondidos. Eu entendo que se a Assembléia aprovar um pedido de informações e o Governo cumprir, ele incorre num crime de responsabilidade, que é o Decreto 201. Será que o Governo não está incorrendo nesse decreto? O que estamos fazendo aqui, se desde o início do ano pedimos informações e não recebemos? O governador disse, daquela tribuna: “Em homenagem à Oposição, aqui na Assembléia Legislativa, estou determinando que todos os pedidos de informação não precisam ser aprovados no Plenário; todos os Secretários deverão responder em cinco dias.” Já passaram mais de cinco meses, conforme o Durval e ainda não recebemos a resposta!

É isso que nós questionamos; é este o Paraná que nós queremos? É esta a COPEL que nós queremos? Fazer este negócio fantástico para quem, a quem interessa? São estas as perguntas que ficam exatamente em aberto. Espero sim, hoje nós votamos a constitucionalidade,

amanhã o mérito e que cada um vote de acordo com a sua consciência, se necessário apresentar emendas serão apresentadas, se não necessárias não serão. O Governo tem a grande maioria mas são questões que achamos muito importantes e que devem ser registradas aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para deixar claro nesta Sessão e que não fique nenhuma dúvida: não é verdade que em cinco meses não veio nenhuma resposta a pedido de informação. Pode ser que eles não foram respondidos a contento mas a todos veio, resposta, conforme determinação do Sr. Roberto Requião.

O SR. NELSON JUSTUS (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, parece que nós combinamos, eu e o Deputado Stica.

Eu ouvi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente não ouve nenhuma insinuação maldosa de ninguém; houve, sim, algum tipo de exagero e algumas sovas no vernáculo conforme dizia o meu avô. Mas o que efetivamente é muito importante nós aproveitamos nesse momento, é que, já que há um momento de camaradagem entre a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, seria muito oportuno e muito bom para esta Casa, que o Dr. Griebler respondesse de acordo com as perguntas que o Deputado Durval Amaral fez. Acho que ficaria bem para esta Casa, ficaria de bom tom, já que todos nós sabemos como vamos votar. Vou votar favorável ao negócio.

Agora, é importantíssimo que todos nós tenhamos as respostas tão bem formuladas pelo Deputado Durval Amaral; ficaria bem para esta Casa, até porque a resposta do Diretor Griebler é mal-educada e não combina com ele e nem com esta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA

Também quero informar ao Líder do Governo um pedido sobre o Clear Chenel, esse instituto que cobra anúncios nos pontos de ônibus de Curitiba, mandei há mais de 4 meses para a COPEL e até hoje não me responderam. Não sabemos se o povo de Curitiba paga ou não a luz daquela empresa que por 100 pontos ou 140 pontos de outdoor cobra 59 mil reais por 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devo informar ao Deputado Nelson Justus que já fizemos novamente uma solicitação à COPEL, que responda imediatamente as questões solicitadas pelo Deputado Durval Amaral e o Deputado Ribas Carli, que também tinham feito alguns pedidos de informações e não tinham sido atendidos. Estamos aguardando e demos um prazo de 10 dias para que fornecessem essas informações.

Mas faria uma solicitação ao Líder do Governo já que essa matéria está na pauta de amanhã, que a COPEL enviasse a esta Casa antes da votação, amanhã.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, são umas 50 questões e estamos resumindo os 3 últimos questionamentos que foram objeto inclusive daquela resposta desaforada vinda da COPEL que eram desnecessárias e supérfluas indagações. Então estou pedindo ao Deputado Stica, para que até amanhã, por escrito faça chegar à Assembléia Legislativa essas respostas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho certeza que o Deputado Stica, como Líder do Governo vai tomar as providências e solicitará à COPEL essas informações.

Em votação o projeto.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. Trinta e três Parlamentares aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Sete Parlamentares rejeitam.

Está aprovado em 1ª Discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Queria indagar o voto do Deputado André Vargas que eu vi sentado e agora vi novamente, ele sentado. Qual é o voto dele?

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

O Deputado Tadeu Veneri está solicitando a oportunidade de manifestar a votação.

Não será um Deputado que muda de posição a cada hora que vai intimidar a posição de Deputado. Manifestei no Plenário e tenho tido posições coerentes. As motivações de cada Deputado não julgo, mas a coerência.

O Deputado Tadeu Veneri tem feito insistentemente aqui a vontade de manifestar o voto de duas abstenções.

Portanto, Sr. Presidente e Plenário, e não esse Deputado que altera...

O SR. JOCELITO CANTO

Questão de educação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está com o Deputado André Vargas.

Fica registrado a abstenção de votação do Deputado Tadeu Veneri e André Vargas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Responderia o pronunciamento do Deputado Artagão, mas não tenho espaço hoje, em respeito ao Regimento, mas farei amanhã, até porque os Parlamentares não estão aqui. Mas não tenho nenhuma dúvida, Sr. Presidente, o Deputado Artagão precipitou-se e entendeu totalmente errado as minhas colocações: vestiu a carapuça sem ter necessidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1465, de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, com apoio do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/2004 e do Projeto de Resolução nº 013/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 266 e 300/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 703/2003, 032, 128 e 185/2004.

Levanta-se a Sessão.